

FH vai decidir novos cortes de despesas governamentais na próxima terça-feira

Equipe econômica apresentará alternativas para atingir meta do acordo com FMI

Jocimar Nastari e Leandra Peres

• BRASÍLIA. Os cortes de despesas necessários para o Brasil atingir a meta de superávit primário estabelecida no novo acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) serão decididos pelo próprio presidente Fernando Henrique Cardoso na próxima terça-feira. Será ele quem vai decidir que áreas serão poupadas e quais serão sacrificadas pelo ajuste. A equipe econômica vai apresentar várias alternativas para que as despesas sejam reduzidas em cerca de R\$ 4 bilhões e caberá ao presidente a palavra final sobre as áreas que serão mais afetadas pelo novo ajuste.

A nova meta acertada com o FMI prevê que o superávit primário (que não inclui despesas com juros) suba de 2,6% do Produto Interno Bruto (PIB) — que era a previsão inicial — para algo entre 3% e 3,5% do PIB. Segundo técnicos do Ministério do Orçamento e Gestão (MOG), o valor dos cortes apresentados ao presidente será superior aos R\$ 4 bilhões necessários para atingir a meta acertada com o FMI. Desta forma, Fernando Henrique terá margem

de manobra para adequar o ajuste a necessidades de ordem política.

— Em ajustes desta magnitude e natureza é importante que o presidente tenha espaço para conciliar os interesses políticos do Governo ao combate da crise econômica — explicou um membro da equipe econômica que acompanha os estudos para o ajuste fiscal.

Os cortes atingirão os investimentos das empresas estatais federais, além dos gastos correntes do Governo. A Petrobras deve ser uma das mais atingidas, já que com a privatização das teles a margem para cortes nesta área diminuiu substancialmente.

Novo ajuste vai compensar perda com o atraso na CPMF

A equipe econômica também incluirá no pacote os recursos que faltavam para compensar a demora na aprovação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). No fim do ano passado, o Governo anunciou aumentos de impostos e cortes no valor de R\$ 5,4 bilhões. A perda estimada com o atraso na cobrança da CPMF era

de R\$ 6,7 bilhões. A diferença de R\$ 1,3 bilhão será compensada com medidas adicionais que não foram anunciadas ainda por causa da mudança no câmbio.

O Governo quer evitar que a divulgação das medidas de ajuste se transforme no anúncio de um novo pacote fiscal. Para isso, estuda anunciar as mudanças gradualmente, à medida em que forem sendo concluídas.

Outra decisão foi a de não divulgar nada esta semana, por causa do carnaval. Isso ficou claro na estratégia adotada durante o feriado. O secretário-executivo do MOG, Martus Tavares, cancelou a reunião que teria com assessores e ficou monitorando os estudos pelo telefone, para evitar que surgissem especulações de que os cortes seriam anunciados imediatamente. Segundo uma fonte do Governo, é preciso que as negociações com o FMI estejam em estágio mais avançado e que as propostas sejam aprovadas pelo presidente antes de qualquer manifestação oficial.

O presidente indicado do Banco Central (BC), Armínio Fraga, se juntou ontem à equipe de negociadores brasileiros nos EUA e

também participará das conversas. O assunto principal a ser discutido entre Fraga e os técnicos do FMI será o modelo de intervenção que o BC adotará no mercado de câmbio, para evitar oscilações muito fortes da moeda americana em relação ao real.

Inflação vai provocar melhoria na arrecadação do Governo

Fernando Henrique também receberá na terça-feira a nova previsão de arrecadação para 99. A estimativa levará em conta a nova conjuntura econômica, influenciada pela liberação do câmbio. O efeito da recessão será negativo, mas, por outro lado, o aumento da inflação provocará uma melhora na arrecadação.

A expectativa de técnicos da equipe econômica é que as receitas do Governo subam, fazendo com que a arrecadação fique um pouco acima dos R\$ 130 bilhões registrados este ano. O ganho com a inflação evitará que o Governo faça cortes mais profundos nas despesas, pois a receita obtida será contabilizada pelo Tesouro na execução do Orçamento da União para que o país alcance a meta exigida pelo FMI. ■